

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

2ª EMISSÃO DE NOTAS PROMISSÓRIAS

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores titulares das Notas Promissórias,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 2ª Emissão de Notas Promissórias da CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Cártula de emissão das Notas Promissórias.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos titulares das Notas Promissórias na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website [www.pentagonotrustee.com.br](http://www.pentagonotrustee.com.br).

Atenciosamente,

**PENTÁGONO S.A. DTVM.**

\*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

## Características da Emissora

- Denominação Social: CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
- CNPJ/MF: 08.439.659/0001-50
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Gustavo Henrique Santos de Sousa
- Atividades: (i) a exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica que não utilizem combustível fóssil ou nuclear, tais como, pequenas centrais hidrelétricas - PCHs, eólicas, termoeletricas de biomassa, energia fotovoltaica, e UHEs, com a consequente prestação de serviço público de geração de energia elétrica; (ii) a exploração de atividades de projeto, engenharia, licenciamento, financiamento, aquisição, operação e manutenção de ativos de geração e potenciais de geração de energia, desde que relacionados a empreendimentos de geração de energia elétrica que não utilizem combustível fóssil ou nuclear, nos termos do item (i) acima; (iii) a comercialização de energia elétrica gerada pelos empreendimentos detidos pela Companhia, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; (iv) o investimento no capital de outras sociedades (de forma individual ou sob a forma de consórcio de empreendimentos) na área de geração de energia elétrica, sem a utilização de combustível fóssil ou nuclear, nos termos do item (i) acima, ou de serviços a esta relacionados; (v) a prestação dos serviços e a intermediação de negócios associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia elétrica gerada pelos empreendimentos detidos pela Companhia; e (vi) o exercício de outras atividades, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, vinculadas ao seu objeto social.

## Características da Emissão

- Emissão: 2ª
- Séries: 1ª; 2ª; 3ª; 4ª.
- Data de Emissão (de todas as séries): 29/08/2016

- Data de Vencimento: (i) 1ª Série: 25/02/2017; (ii) 2ª Série: 24/08/2017; (iii) 3ª Série: 20/02/2018; e (iv) 4ª Série: 19/08/2018
  - Custodiante/Banco Mandatário: Banco Bradesco S.A.
  - Código Cetip/ISIN:
    - (i) 1ª Série: NC00160002N/ BRCPRENPM017;
    - (ii) 2ª Série: NC00160002O/ BRCPRENPM025;
    - (iii) 3ª Série: NC00160002P/ BRCPRENPM033;
    - (iv) 4ª Série: NC00160002Q/ BRCPRENPM041.
  - Coordenador Líder: Banco ABC Brasil S.A.
  - Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão destinados para reforço do capital de giro da Companhia e para suprir as necessidades de investimentos em bens de capital pela Emissora (capex) para implementação dos projetos de geração de energia de suas controladas.
  - Tipo de Emissão: Emissão Pública de Notas Promissórias, sem garantias, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.
1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/ 83)
- A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações.
2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)
- Não houve alterações estatutárias no período.
3. Comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa: (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- ➔ Atividade Principal: 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: privado;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- **Situação Financeira**

- ➔ Liquidez Geral: de 0,23 em 2015 para 0,25 em 2016;
- ➔ Liquidez Corrente: de 1,10 em 2015 para 1,06 em 2016;
- ➔ Liquidez Seca: de 1,10 em 2015 para 1,06 em 2016;
- ➔ Giro do Ativo: manteve-se em 0,13 de 2015 para 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou um aumento nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 3,2% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido apresentou aumento de 2,4% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou aumento de 0,5% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante um aumento de 4,5% de 2015 para 2016, e uma variação positiva no índice de endividamento de 0,9% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Emissora, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Emissora.

4. **Posição da distribuição ou colocação das notas promissórias no mercado:**

(Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO:** (i) 1ª Série: R\$ 320.000,0000; (ii) 2ª Série: R\$ 300.000,0000; (iii) 3ª Série: R\$ 260.000,0000; e (iv) 4ª Série: R\$ 3.120.000,0000
- **ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL** (de todas as séries): não aplicável
- **REMUNERAÇÃO** (de todas as séries): 100% do DI + 3,80% a.a.

- PAGAMENTOS EFETUADOS POR NOTA PROMISSÓRIA (2016): não houve pagamentos no período.

- POSIÇÃO DO ATIVO:

1ª Série:

Quantidade em circulação: 25

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 25

2ª Série:

Quantidade em circulação: 25

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 25

3ª Série:

Quantidade em circulação: 25

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 25

4ª Série:

Quantidade em circulação: 25

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 25

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das notas promissórias realizadas no período, bem como aquisições e vendas de notas promissórias efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: não houve;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das notas promissórias realizados no período: não houve;
- Aquisições e vendas das notas promissórias efetuadas pela Emissora: não houve.

6. **Constituição e aplicações de fundo de amortização das notas promissórias, quando for o caso:** (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

7. **Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão das notas promissórias, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora:** (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão foram utilizados conforme previsto na(s) respectiva(s) Cártula(s).

8. **Relação dos bens e valores entregues à sua administração:** (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. **Cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nas Cártulas de emissão das notas promissórias:** (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora na Cártula de emissão das notas promissórias.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das notas promissórias:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As Notas Promissórias da presente emissão não contam com quaisquer garantias.

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário:** (Artigo 12, alínea l, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea "b" da Lei nº 6.404 de 15/12/1976)



A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de notas promissórias da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

**PENTÁGONO S.A. DTVM**



## DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

**Anexo 1**
**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	401.190	31.085	908.982	871.503
Aplicações financeiras	6.1	-	-	85.029	23.190
Títulos e valores mobiliários	6.2	-	-	449	443
Dividendos a receber	11	71.168	77.728	-	-
Contas a receber de clientes	7	10.781	20.440	273.373	229.326
Adiantamentos a fornecedores		53	66	6.312	10.666
Impostos a recuperar	8	4.296	6.285	70.499	75.461
Outros créditos		11.913	6.693	54.153	85.830
Total do ativo circulante		<u>499.401</u>	<u>142.297</u>	<u>1.398.797</u>	<u>1.296.419</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Depósitos judiciais	20	241	235	12.112	14.578
Aplicações financeiras vinculadas	6.3	-	-	476.737	373.386
Outros créditos	9	-	-	66.004	79.520
Impostos diferidos	25.2	-	-	260	1.422
Impostos a recuperar	8	-	-	9.205	5.618
Empréstimos a receber	10	6.100	6.322	9.067	7.680
Investimentos	11	7.054.960	6.470.023	-	-
Imobilizado	12	20.025	16.553	7.466.547	6.888.333
Intangível	13	8.281	9.892	3.026.156	3.237.146
Total do ativo não circulante		<u>7.089.607</u>	<u>6.503.025</u>	<u>11.066.088</u>	<u>10.607.683</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>7.589.008</u>	<u>6.645.322</u>	<u>12.464.885</u>	<u>11.904.102</u>

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	<u>explicativa</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	14	18.964	14.045	75.762	61.494
Empréstimos e financiamentos	15	147.939	80.834	551.201	368.089
Debêntures	16	102.802	66.061	338.780	485.952
Empréstimos com controladas	10	1.099.611	573.079	-	-
Dividendos a pagar		-	-	9.045	5.588
Contas a pagar de aquisições	17	9.492	29.935	9.492	29.935
Obrigações trabalhistas		7.471	6.492	7.471	6.492
Obrigações tributárias		2.477	2.102	51.863	50.083
Adiantamentos de clientes	18	129	106	164.679	136.533
Provisão para custos socioambientais	19	-	-	13.483	7.510
Outros passivos		11.001	11.076	91.692	23.189
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.399.886</b>	<b>783.730</b>	<b>1.313.468</b>	<b>1.174.865</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	14	-	-	633	633
Empréstimos e financiamentos	15	768.557	712.078	3.759.356	3.517.507
Debêntures	16	1.081.335	956.713	1.758.534	1.649.511
Adiantamentos de clientes	18	85	120	6.156	7.999
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos	19	-	-	61.828	53.378
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	20	1.014	2.525	34.889	50.326
Impostos diferidos	25.2	13.518	13.518	1.089.294	1.142.591
Provisão para perda de investimento	11	25	-	-	-
Outros passivos		-	575	2.921	3.495
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.864.534</b>	<b>1.685.529</b>	<b>6.713.611</b>	<b>6.425.440</b>

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21				
Capital integralizado		3.390.870	3.390.444	3.390.870	3.390.444
Adiantamento para futuro aumento de capital		300.000	-	300.000	-
Reserva de capital		592.138	740.427	592.138	740.427
Reservas de lucros		1.305	1.305	1.305	1.305
Ajuste de avaliação patrimonial		40.275	43.887	40.275	43.887
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		<u>4.324.588</u>	<u>4.176.063</u>	<u>4.324.588</u>	<u>4.176.063</u>
Participação de não controladores		-	-	<u>113.218</u>	<u>127.734</u>
Total do patrimônio líquido		<u>4.324.588</u>	<u>4.176.063</u>	<u>4.437.806</u>	<u>4.303.797</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>7.589.008</u>	<u>6.645.322</u>	<u>12.464.885</u>	<u>11.904.102</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Anexo 2

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015  
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	Controladora		Consolidado	
		<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22	24.452	65.176	1.646.588	1.499.356
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	23	(20.721)	(63.122)	(856.081)	(786.969)
LUCRO BRUTO		<u>3.731</u>	<u>2.054</u>	<u>790.507</u>	<u>712.387</u>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	23	(132.335)	(82.806)	(184.480)	(85.571)
Remuneração dos administradores	10 e 23	(8.269)	(8.683)	(8.269)	(8.683)
Depreciação e amortização	12 e 23	(4.638)	(3.260)	(5.326)	(3.280)
Resultado de equivalência patrimonial	11	294.445	283.639	-	-
Amortização do direito de exploração	13 e 23	-	-	(152.471)	(157.308)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	-	(3)	(1)	3.227
Total		<u>149.203</u>	<u>188.887</u>	<u>(350.547)</u>	<u>(251.615)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		<u>152.934</u>	<u>190.941</u>	<u>439.960</u>	<u>460.772</u>
Receitas financeiras	24	13.633	15.817	133.649	139.080
Despesas financeiras	24	(336.398)	(261.205)	(671.005)	(599.348)
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(169.831)</u>	<u>(54.447)</u>	<u>(97.396)</u>	<u>504</u>



Imposto de renda e contribuição social - correntes	25	-	-	(105.006)	(85.232)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	25	17.930	-	58.696	36.011
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<u>(151.901)</u>	<u>(54.447)</u>	<u>(143.706)</u>	<u>(48.717)</u>
Atribuível aos acionistas controladores		(151.901)	(54.447)	(151.901)	(54.447)
Atribuível a participações de não controladores		-	-	8.195	5.730
<b>PREJUÍZO POR AÇÃO</b>					
Básico (R\$ por ação)	21.g	(0,30)	(0,11)	(0,30)	(0,11)
Diluído (R\$ por ação)	21.g	(0,36)	(0,18)	(0,36)	(0,18)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

---

## Anexo 3

### **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas da  
CPFL Energias Renováveis S.A.  
São Paulo - SP

#### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CPFL Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

#### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Valor recuperável do investimento e do ativo imobilizado – Controladora e Consolidado  
(Nota explicativa 11 e 12)**

A Companhia possui saldo significativo de investimentos em suas controladas nas demonstrações financeiras individuais no montante de R\$ 7.054.960, e de ativo imobilizado nas demonstrações financeiras consolidadas no montante de R\$ 7.466.547. Independentemente da existência de indicadores (“triggers”) de perda por redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa (“UGCs”), a Companhia tem como prática anual, realizar testes de recuperabilidade desses ativos, utilizando-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em determinadas premissas. Devido ao grau de julgamento envolvido e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderia ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Realizamos a avaliação do desenho e implementação dos controles internos relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia. Avaliamos a adequação da estimativa preparada pela Companhia, a determinação das Unidades Geradoras de Caixa – UGC e a metodologia utilizada para o teste de redução ao valor recuperável. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia para a realização do teste de recuperabilidade de seus ativos, tais como taxa de desconto, volume e preço de venda de energia, períodos de continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos. Comparamos a soma dos fluxos de caixa descontados com o valor registrado no ativo imobilizado e intangível da Companhia para determinação do valor em uso. Adicionalmente, consideramos também a adequação e a conformidade das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas às premissas e julgamentos utilizados no teste do valor recuperável de seus ativos.

**Outros assuntos*****Demonstrações do valor adicionado***

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais

distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo 09 de março de 2017.

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho  
Contador CRC 1SP141128/O-2